

## Quadro comparativo do Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2008 (nº 1.104, de 2007, na Casa de origem)

1

Lei nº 8.501, de 30 de novembro de 1992	Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2008 (nº 1.104, de 2007, na Casa de origem)	Emendas
		<b>Emenda nº 2 – CAS</b> (de redação) Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 64, de 2008, a seguinte redação:
	Altera a Lei nº 8.501, de 30 de novembro de 1992, que dispõe sobre a utilização de cadáver não reclamado, para fins de estudos ou pesquisas científicas, e dá outras providências. (Cadáver não reclamado no prazo de 30 dias será destinado às escolas de estudo para fins de ensino e de pesquisa de caráter científico)	“Altera a Lei nº 8.501, de 30 de novembro de 1992, que “dispõe sobre a utilização de cadáver não reclamado, para fins de estudos ou pesquisas científicas, e dá outras providências”, a fim de estender o rol das instituições destinatárias.”
	O CONGRESSO NACIONAL decreta:	
		<b>Emenda nº 1 – CE</b> Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2008, a seguinte redação:
	<b>Art. 1º</b> O art. 2º da <a href="#">Lei nº 8.501, de 30 de novembro de 1992</a> , passa a vigorar com a seguinte redação:	“ <b>Art. 1º</b> O art. 2º da Lei nº 8.501, de 30 de novembro de 1992, passa a vigorar com a seguinte redação:
<b>Art. 2º</b> O cadáver não reclamado junto às autoridades públicas, no prazo de trinta dias, poderá ser destinado às escolas de medicina, para fins de ensino e de pesquisa de caráter científico.	“ <b>Art. 2º</b> O cadáver não reclamado perante as autoridades públicas, no prazo de 30 (trinta) dias, poderá ser destinado às escolas de medicina, odontologia, farmácia, enfermagem, fisioterapia, educação física, fonoaudiologia, nutrição, para fins de ensino e de pesquisa de caráter científico.” (NR)	<b>Art. 2º</b> O cadáver não reclamado às autoridades públicas competentes, no prazo de 30 (trinta) dias, poderá ser destinado às escolas de medicina, odontologia, farmácia, enfermagem, fisioterapia, educação física, fonoaudiologia, nutrição e outras do ensino superior na área de saúde, para fins de ensino e de pesquisa de caráter científico”.
	<b>Art. 2º</b> Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.	

